Brics emprestaram dinheiro, mas ainda não tiveram m

As instituições mundia

Cinco anos atrás, quando o Lehman Brothers veio abaixo e a crise financeira mundial irrompeu, muitos viram um lado positivo: a promessa de uma governança econômica mundial mais eficiente. Mas, apesar da enxurrada de iniciativas iniciais, o mundo continua tão distante como sempre dessa meta.

O Conselho de Estabilização Financeira (FSB, nas iniciais em inglês)[1], formado após a reunião de cúpula de G-20 de abril de 2009 em Londres, não tem atribuições jurídicas ou poderes de fiscalização do cumprimento das normas, nem processos formais para incluir todos os países. O Fundo Monetário Internacional (FMI) ainda espera a duplicação de seu capital (outra promessa inicial), enquanto seus recursos disponíveis estão fortemente imobilizados na Europa e suas reformas de governança estão paralisadas. O Banco Mundial recebeu um aumento modesto de recursos, mas ainda não montou capacidade para emprestar rápida e globalmente para além dos tomadores e acordos de empréstimos já existentes, e a trajetória de sua receita é decrescente.

Mas a necessidade de governança econômica mundial eficiente é mais premente do que nunca. Os bancos e outras empresas financeiras perambulam internacionalmente, com a sólida assistência das normas de abertura do mercado embutidas nos tratados de comércio e de investimentos, mas sem qualquer responsabilidade de cumprimento fiscalizável para prever adequadamente o destino de seus próprios prejuízos para o caso de as coisas darem errado.

A crise mostrou que isso é inadequado. Os titãs de Wall Street e da City de Londres estavam expostos, por sua enorme superalavancagem. Lucros extraordinários, quando suas apostas compensavam, aumentavam seu poder financeiro e político, enquanto restou aos contribuintes a tarefa de salvá-los quando suas apostas se revelavam ruins.

O G-20 prometeu instituições mais sólidas, mas o FSB não é um órgão regulador mundial com poderes de fiscalização do cumprimento das normas. Ele continua a ser um "fixador de padrões" num mundo cheio de incentivos para burlar os padrões e de sanções desprezíveis para quem faz isso.

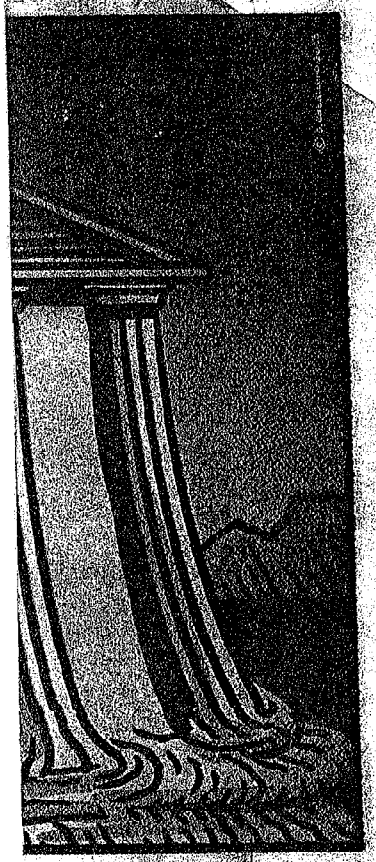
A crise de 2008 chamou a atenção para a necessidade de cooperação internacional para regulamentar o financiamento e mitigar os efeitos da crise. Mas os meios e instrumentos mundiais necessários para administrar (ou mesmo evitar) a próxima crise não foram assegurados.

Os órgãos reguladores fazem um trabalho de Sísifo, devido à ausência de apoio político para controlar os titãs financeiros. Um setor financeiro bem-abastecido de recursos faz intensivo lobby sobre os governos mais influentes em finanças mundiais. As reformas do Fundo Monetário Internacional (FMI) não podem ser implementadas enquanto o Congresso dos Estados Unidos não as aprovar — e não há o menor sinal disso. Mesmo os novos padrões bancários de Basileia 3[2] foram diluídos e adiados.

Para Brasil, Rússia, Índia e China, o atraso em reformar o FMI é uma grave contrariedade. Eles se tornaram os principais contribuintes da reserva de empréstimos emergenciais do fundo de empréstimos emergenciais (o New Arrangements to Borrow, ou NAB)[3] do FMI imediatamente após a crise e atualmente arcam com 15,5% dos recursos do NAB. O maior poder de voz e de voto que lhes foi prometido — proporcional à sua condição de quatro dos dez maiores acionistas — não foi concedido. Mesmo a escolha do diretor-gerente da organização continua sendo um direito exclusivo europeu.

E, o que é mais grave, assombrosos 89,2% da Conta de Recur-

is após a crise



sos Gerais do FMI estão em circulação nos países europeus, com apenas três países (Grécia, Portugal e Irlanda) respondendo por 68%. Os recursos do FMI não estão disponíveis para reagir a uma crise em outro continente.

No mesmo sentido, a promessa feita em 2009 pelo G-20 de proteger os países e comunidades mais pobres e mais frágeis dos efeitos da crise continua sem cumprimento. O Banco Mundial está no cerne desses esforços porque é capaz de compartilhar os riscos globalmente e neutralizar os efeitos dos caprichos dos fluxos de ajuda oficiais e do setor privado, que criam "queridinhos dos doadores" (como Ruanda) e "órfãos dos doadores". Países atingidos pela crise que já não eram tomadores foram, em grande medida, deixados de fora.

A não concessão de empréstimos a novos clientes pelo Banco Mundial reflete, em parte, a lentidão da instituição. Mesmo após seu ciclo de crédito ter sido acelerado, o banco levou 13,5 meses para aprovar empréstimos — um período longo para que um país espere ajuda "emergencial".

Mas o Banco Mundial também está sendo atravancado pelo agravamento das restrições aos recursos, num momento em que as maiores injeções pós-crise de capital foram para bancos regionais de desenvolvimento. O capital do Banco Africano de Desenvolvimento foi aumentado em 200%, o que também ocorreu com o Banco Asiático de Desenvolvimento. O Banco Interamericano de Desenvolvimento obteve um aumento de 70%. Por seu lado, o Banco Mundial recebeu um acréscimo de 30%, enquanto seu braço de crédito para os países mais pobres, a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA, nas iniciais em inglês), obteve uma elevação de apenas 18%. Decisivamente, não é óbvio que o Banco Mundial tenha "direito de recompra" concedido pelas economias emergentes, com o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, que prometeram um volume significativo de recursos ao FMI, e asseguraram apenas cerca de 1% dos recursos da IDA.

E, o que aumenta as agruras financeiras do Banco Mundial, seus poderosos credores optaram por "retirar" seus empréstimos a fim de defender seus recursos. Em consequência, comparativamente aos bancos de desenvolvimento regionais, o Banco Mundial emprestará menos para clientes pagantes de taxas, que geram renda, e se envolverá mais em "empréstimos concessionais", que não geram.

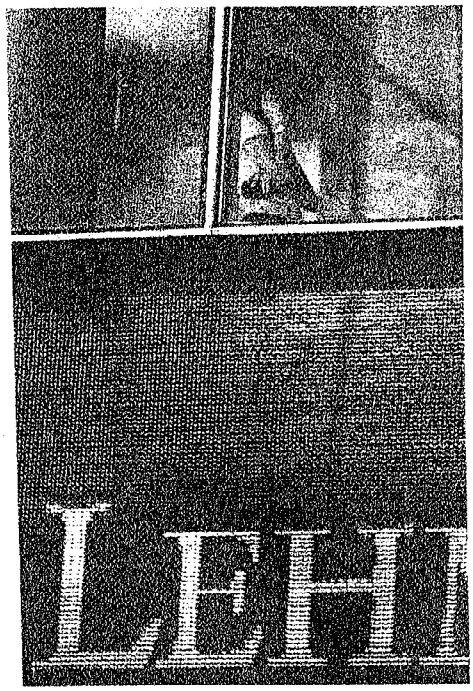
A crise de 2008 chamou a atenção para a necessidade de cooperação internacional para regulamentar o financiamento e mitigar os efeitos da crise. Mas os meios e instrumentos mundiais necessários para administrar (ou mesmo evitar) a próxima crise não foram assegurados. Em vez disso, as regiões e países estão encontrando, sem alarde, suas próprias maneiras de gerir o financiamento, criar fundos emergenciais de reserva e fortalecer o financiamento do desenvolvimento — um resultado que prenuncia um conjunto mais fragmentado e descentralizado de regimes reguladores e uma modesta desglobalização do financiamento e da ajuda. ***(Tradução de Rachel Warszawski)***

1- http://bit.ly/FueDT
2- http://bit.ly/aySOf1
3- http://bit.ly/bT5QWm

Ngaire Woods é diretora da Faculdade de Governo Blavatnik, da Universidade de Oxford. Copyright: Project Syndicate, 2013.

www.project-syndicate.org

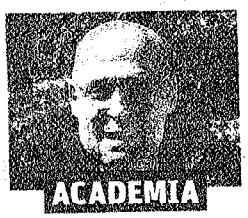
2008		2013
Reguladores e políticos deixavam os mercados se ajustar e corrigir eventuais falhas, como bolhas de ativos, sozinhos	PRESENÇA DO ESTADO NA ECONOMIA	O socorro a bancos e seguradoras — em alguns casos, estatizados temporariamente— tornou a gestão de liquidez problema de governo
Wall Street era dominada por essas instituições e gestores de recursos, que giraram altos valores para grandes clientes	BANCOS DE INVESTIMENTO	Muitos adotaram banco de varejo de sócio: Merrill Lynch, o Bank of America, Bear Stearns, o JPMorgan; massa falida do Lehman está com Barclays
Sem regulação, avaliavam clientes conforme seus critérios (o que rendeu ao Lehman Brothers nota máxima seis meses antes da quebra)	AGÊNCIAS DE RISCO	Recebem atenção dos reguladores do mercado (no Brasil, a CVM supervisiona), mas seu escopo institucional ainda é muito incipiente
A bolha que detonou a crise estourou em 2005, alimentada por créditos pouco rigorosos por instituições financeiras	MERCADO IMOBILIÁRIO	O governo Obama tomou medidas para ajudar quem estava com hipoteca atrasada; preços voltaram a subir e já há quem fale em nova bolha
Maioria dos bancos de investimento tinham bônus polpudos, estimulando crescimento não sustentável dos negócios	BÔNUS	As regras para vender ações são mais rígidas e visam o longo prazo para a empresa. Bônus, que haviam caído, estão quase no nível anterior



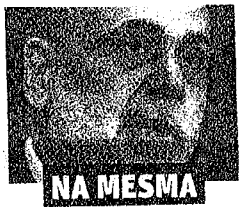
5ª D

Veja o que avançou igual meia década banco de investimer detonar uma crise ec consequências ai

ONDE ANDAM? Principais atores da crise financeira iniciada nos EUA


ACADEMIA

Hank Paulson


NA MESMA

Ben Bernanke
(presidente do Fed,

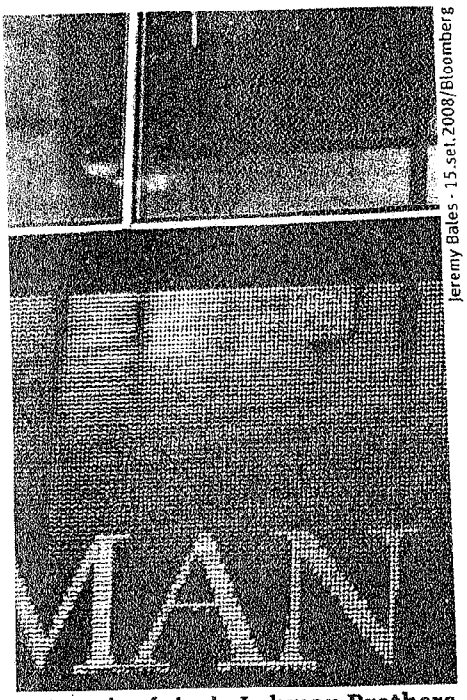
APOSENTADO

James Cayne
(Bear Stearns)

CONSULTORIA

Richard Fuld
(Lehman)

Mudou/Avançou | Mudança em progresso | Estancou/Segue igual



Jeremy Bales - 15.set.2008/Bloomberg

Funcionária do Lehman Brothers na sede do banco no dia da quebra

nos A CRISE

...e o que permanece ...após o colapso do ...tos Lehman Brothers ...onômica global cujas ...ida se fazem sentir

	2008	2013
GESTÃO DE SOLVÊNCIA (CONCEITOS DE CAPITAL)	Bancos podiam emprestar a clientes até US$ 100 para cada US$ 6 do seu capital próprio (o Brasil operava com relação de R$ 100 para cada R$ 11)	Bancos precisam manter mais capital disponível (liquidez) para lidar com momentos de estresse. Em etapas, implantação segue até 2019
COMMODITIES (PREÇOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS)	Boom foi interrompido pela expectativa de desaceleração e de alta do dólar. Os preços despencaram, o que prejudicou	Cotações começam a se recuperar com o consumo chinês a partir de 2009. Mercado atrai mais investidores ante juros baixos e liquidez nos EUA
VULNERABILIDADE DE EMPRESAS AO CÂMBIO	Alta do dólar tornou preços praticados por grandes exportadoras inviáveis, levando a desmonte de operação prejuízos, e fusão com rivais	Empresas se endividam em dólar, mas sem abusar de hedge (proteção). Precisam divulgar posição e fazer teste de estresse
BANCOS PEQUENOS	Crise de confiança secou caixa e levou a socorro com depósitos compulsórios. Foi criado depósito com garantia especial (DPGE)	Estreitam-se as perspectivas de negócio com consignado e cessão de crédito. Instituições-chave desapareceram
ABERTURA DE CAPITAL NA BOLSA	Investidor conseguia até 50% de valorização de ações em aberturas de capital; operações rarearam, e há limites para vendas	Poucas empresas de pequeno porte conseguem vender ações nos raros momento de tranquilidade na Bolsa

FINANCEIRA
John Thain

FUNDO PRÓPRIO
Robert

FUNDO PRÓPRIO
Vikran Pandit
(Citi)

BANQUEIRO
Robert Diamond
(Barclays)